

O que aconteceu com a esquerda?



Por **FLÁVIA BIROLI & LEONARDO AVRITZER***

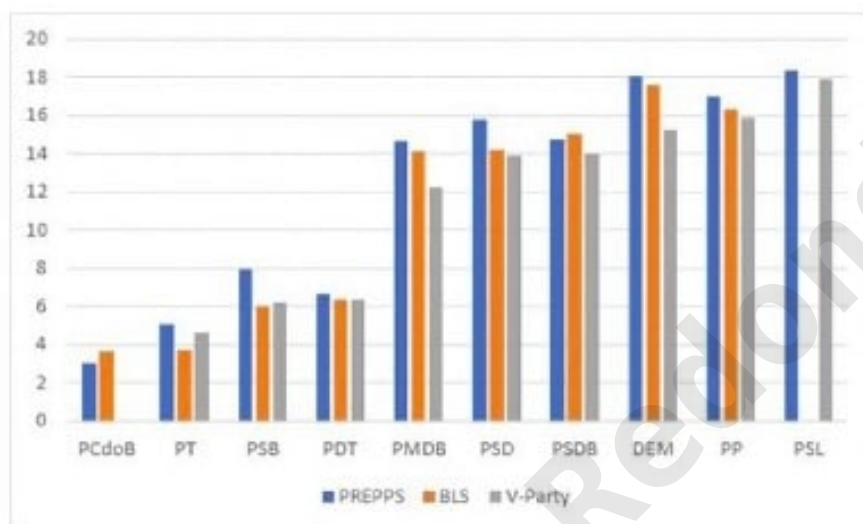
Considerações sobre o desempenho da esquerda nas eleições municipais de 2020

Enquanto os resultados das eleições de 15 de novembro eram ainda lentamente divulgados, comentaristas políticos já falavam em “vitória do centro” e na tendência dos eleitores à moderação nas eleições municipais de 2020. Além de motivações ideológicas que estão presentes em alguns casos, é a comparação com 2018 – mais do que com 2016 – que está na base desses diagnósticos.

Jair Bolsonaro (sem partido) mostrou pouca ou nenhuma capacidade de influência nessas eleições. Dos 12 candidatos por ele recomendados, apenas dois se elegeram. O PSL, partido pelo qual se elegeu e com o segundo maior fundo partidário, recebeu uma quantidade pequena de votos e não elegeu prefeitos. Está em apenas duas disputas no segundo turno. Assim, a antipolítica perdeu fôlego e os problemas locais em tempos de pandemia pesaram nas escolhas, levando a taxa de reeleição de prefeitos, que em 2016 havia sido de 46,4%, a 63%.

Mas os partidos que mais cresceram em número de prefeituras são de direita, ainda que seja uma direita mais tradicional nas suas posições e em seu enraizamento em estruturas partidárias e nas disputas locais. É preciso algum esforço para situar DEM, PP, PSD e Republicanos no centro do espectro político. Os seus próprios parlamentares se situam na direita ou na centro-direita, tal como mostra o gráfico abaixo, em que se pode verificar o posicionamento dos diferentes partidos em relação ao centro. Na extrema-direita, o PSL está 8 pontos distante do centro, o DEM está entre 8 e 5 pontos distante do centro, a depender do índice utilizado. O PSD, que chega a ser situado 6 pontos distante do centro, está mais próximo do PSDB e do MDB, que se posicionam 4 pontos à direita, no primeiro caso, e entre 2 e 4, no segundo. À esquerda do espectro política, a distância do PT em relação ao centro é de 5 a 6 pontos.

Classificação ideológica dos partidos brasileiros segundo as medidas do V-Party, BLS e PREPPS, partidos selecionados



Obs: Todas as medidas foram convertidas em uma escala de 1 a 20. Valores mais altos indicam posições mais à direita. **Fontes:** V-Party (V-DEM) 2018; Brazilian Legislative Survey 2017; PREPPS 2019. Montado por André Borges.

O que os dados das eleições mostram é que os partidos que de fato ocupam o centro do espectro ideológico, MDB e PSDB, foram os que perderam o maior número de prefeituras em relação a 2016 – até o 1º turno, 269 a menos e 285 a menos, respectivamente.

Nesse quadro, o que aconteceu com a esquerda?

Em primeiro lugar, a esquerda manteve-se mais estável em número de prefeituras do que o centro. Também [quando se observa o número de vereadores eleitos](#), é significativo que o PSDB tenha encolhido 18%, enquanto o PT reduziu em 5% sua fatia nos legislativos locais – ainda que existam variações nos dois espectros ideológicos, com um melhor desempenho do MDB, e um pior do PCdoB, por exemplo. Em algumas Câmaras Municipais das capitais, partidos de esquerda mantiveram ou conquistaram o maior número de cadeiras. É o caso de São Paulo, em que o PT tem, junto com o PSDB, o maior número de cadeiras (oito cada), enquanto PSOL e DEM estão empatados em segundo lugar, com seis cadeiras cada. Em Porto Alegre, PT, PSOL e PSDB tiveram o maior número de votos, com quatro cadeiras cada. No Rio de Janeiro, o PSOL está empatado em primeiro lugar com DEM e Republicanos (cada um com sete cadeiras) e o PT em segundo, juntamente com PSD e Avante (três cada).

Houve perdas, é verdade. Esta, que não foi uma eleição fortemente nacionalizada, mostrou que os processos políticos recentes tiveram impacto na estrutura partidária e na capilaridade dos partidos. Política é correlação de forças, como bem sabemos. As oportunidades que permitiram que o DEM renascesse das cinzas de uma direita que, até 2014, vinha perdendo a capacidade de mobilizar o eleitorado, e que PP e PSD operassem com máquinas partidárias fortalecidas, tiveram como contraparte um impacto na posição ocupada pelo PT em diferentes regiões e, em alguma medida, na identidade deste que permanece como o principal partido da esquerda brasileira.

Seria estranho, portanto, se o abalo de 2016 tivesse sido completamente superado em uma eleição que, mais do que as anteriores, privilegiou quem buscava um segundo mandato e confirmou que um processo como o que o Brasil viveu nos últimos anos teria consequências por algum tempo, a favor da direita.

Foi nas eleições municipais de 2016, e não nas de 2018, que o PT sofreu de maneira mais aguda os efeitos da lava-jato e do

antipetismo orquestrado por parte da mídia nacional, determinantes para os movimentos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff e a prisão do ex-presidente Lula. Naquele ano, o partido, que havia conquistado 636 prefeituras em 2012 e ficado na liderança no número de prefeitos entre as maiores cidades brasileiras recuou para 254 prefeituras, vencendo em apenas uma capital (Rio Branco/AC). Ainda assim, em 2018 elegeu a maior bancada da Câmara dos Deputados e disputaria o segundo turno das eleições presidenciais, conquistando com Fernando Haddad 44,8% dos votos válidos.

Em 2020, o PT perdeu em número de municípios governados, como mencionado, mas [é o partido que disputa o maior número de cidades no segundo turno](#), entre elas uma capital, Recife (PE), com Marília Arraes (PT), e cidades de médio porte como Contagem (MG), Juiz de Fora (MG), Mauá (RJ), Guarulhos (SP), Pelotas (RS), Caxias do Sul (RS), Diadema (SP) e Santarém (PA). Vale a pena mencionar que nas poucas cidades nas quais o PT disputou o segundo turno em 2016, o seu candidato estava em segundo lugar nas pesquisas. Em 2020, os candidatos do PT se encontram em primeiro lugar em sete disputas.

Assim, houve perdas da esquerda em número de municípios, mas alguns avanços em cidades de maior porte. A fragmentação da esquerda, indicada, entre outras coisas, pelo fato de o PT ter apresentado o maior número de candidaturas isoladas em 2020, 630, ainda precisa ser melhor analisada. Ela pode ser um dos fatores para o encolhimento de todo o campo.

E, claro, é preciso falar do PSOL. Fundado em 2004, o Partido Socialismo e Liberdade é uma exceção à retração no campo da esquerda nos anos recentes. Menos robusto do que os que foram mencionados anteriormente, ele demonstra, no entanto, uma capacidade de tomar parte no debate nacional e posicionar lideranças importantes, em particular lideranças de movimentos sociais e feministas que buscam o partido.

Em 2016, chamou a atenção com a eleição de vereadoras com votação significativa, como a campeã de votos Áurea Carolina, em Belo Horizonte (MG), que seria eleita deputada federal em 2018 e disputaria a prefeitura de BH em 2020. Como ela, outras mulheres jovens e feministas, algumas delas negras, tiveram visibilidade nos legislativos locais, estaduais e na Câmara dos Deputados, em um período em que os movimentos feministas e antirracistas ampliaram sua presença no debate público e na resistência à extrema-direita. A capacidade do partido de se identificar com uma linguagem política que é constitutiva de uma agenda de justiça social renovada, dando prioridade a ela, é um dos fatores que explicam seu crescimento.

No segundo turno, o PSOL disputa duas capitais, Belém (PA), com Edmilson Rodrigues, e São Paulo (SP), com Guilherme Boulos. Rodrigues, que foi prefeito de Belém por dois mandatos pelo PT, filiou-se ao PSOL em 2005 e, depois disso, foi eleito deputado estadual e deputado federal com votações muito significativas. Seu vice é Edilson Moura, do PT, numa coligação que também inclui Rede, PCdoB e PDT. Boulos, que é hoje a liderança de maior destaque do PSOL, apresentou sua candidatura em uma dobradinha com Luiza Erundina, que participou da fundação do PT e foi, por aquele partido, a primeira mulher a governar a cidade de São Paulo.

Tem sido comum a comparação, na mídia, entre Guilherme Boulos e Lula. Além da busca de associações que rendem notas e comentários, a capacidade e o potencial de Boulos como liderança nacional no campo da esquerda justificam essa associação. Mas a distinção entre eles é que pode nos ajudar a entender melhor o momento atual.

Enquanto Lula se afirmou como um dos maiores líderes da esquerda brasileira em um contexto em que os sindicatos tinham peso na mobilização e construção das identidades, Boulos, com sua trajetória no MTST, dialoga com facilidade com novos movimentos sociais e com um eleitorado que tem se mobilizado a partir de outras identidades. Assim, se Lula era o candidato de uma São Paulo industrial na qual esse setor se aproximava de 30% do PIB nacional, Boulos é liderança no país que mais fortemente se desindustrializou nas últimas décadas e em uma cidade com mais de 200 mil trabalhadores por aplicativos. Ainda assim, eles aproximam-se na capacidade de incluir amplos grupos, além de suas bases mais imediatas, e de construir um discurso capaz de mobilizar diferentes setores da esquerda.

Os desafios para a esquerda estão, assim, em duas frentes.

A primeira tem relação com os efeitos ainda presentes de um processo político que enfraqueceu o centro e, em menor medida, segundo argumentamos aqui, a esquerda. Seu impacto sobre o PT se faz sentir, entre outras razões, porque não é possível explicar 2020 sem 2016, nem as eleições atuais sem a forte tendência do eleitorado a reeleger.

O fracasso de Bolsonaro ocorreu, mas a direita mais tradicional tem aproveitado bem as oportunidades que se abriram

desde 2016. Por outro lado, o entendimento da nova conjuntura pelo PT parece ser limitado. O sucesso das candidaturas da esquerda em Belém e Porto Alegre, assim como a vitória de Boulos (que já é vitorioso em SP, independentemente do resultado do 2º turno), devem despertar o partido para uma análise mais realista, capaz de apontar para um novo equilíbrio na esquerda.

A segunda se apresenta, é claro, nesse ambiente. Mas não é dependente dele e ultrapassa o contexto brasileiro. A renovação geracional e os desafios das novas linguagens e agendas de justiça social são incontornáveis. O PSOL, por suas características e composição, tem tido maior capacidade de lidar com eles do que outros partidos da esquerda brasileira. Para alguns, o papel dos feminismos e do antirracismo nas esquerdas se resumiria a uma indigesta “política identitária”.

Talvez esteja na hora de ler com mais atenção a mensagem que vem de candidaturas para as quais a esquerda será feminista e antirracista, ou não será. Para muitas delas, as desigualdades de classe, assim como aquelas que se apresentam no mundo do trabalho e das relações de cuidado, não perderam prioridade, mas são mais complexas, exigindo novas linguagens, sobretudo nas disputas políticas.

***Flávia Biroli** é professora do Instituto de Ciência Política da UnB. Autora, entre outros livros, de *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil* (Boitempo).

***Leonardo Avritzer** é professor titular do departamento de Ciência Política da UFMG. Autor, entre outros livros, de *Impasses da democracia no Brasil* (Civilização Brasileira).